

## A RELEVÂNCIA DA METÁFORA PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO INTERPRETATIVO

PATRÍCIA MATOS AMARAL  
(Universidade de Coimbra)

A comunicação que vou apresentar constitui o resumo da tese de Mestrado com o título «Do paradigma ao modelo: a relevância da metáfora para a compreensão do processo interpretativo» que apresentei em Maio deste ano à Universidade de Coimbra.

Como o título sugere, o objectivo deste trabalho é tomar a interpretação de enunciados metafóricos como paradigmática do Modelo Inferencial da comunicação proposto por Sperber e Wilson em *Relevance. Communication and Cognition* (sendo a minha exposição feita a partir da 1ª edição da obra). As correspondências entre ambos não só ratificam os princípios fundamentais deste modelo, como podem contribuir para um melhor conhecimento do processo de interpretação de enunciados metafóricos. Assim, como Prandi (1992), considero que o "papel estratégico" da metáfora no domínio da significação linguística deve ser produtivamente explorado no estudo da interpretação e da cognição humanas.

1. Começo, então, por apresentar resumidamente o Modelo Inferencial proposto no quadro da Teoria da Relevância.

Em primeiro lugar, os autores contestam o "Modelo do código", i.e., a identificação da comunicação humana com processos de codificação e descodificação de mensagens. Segundo os autores, embora processos deste tipo intervenham em grande parte das situações comunicativas, eles encontram-se subordinados a processos inferenciais, que constituem o núcleo do processo interpretativo propriamente dito — o reconhecimento pelo destinatário da intenção comunicativa do seu interlocutor. Assim, a informação resultante do

tratamento automático de enunciados pelo módulo linguístico — concebido como um sistema periférico, na acepção de Fodor (1983) — é entendida como apenas *mais um indício* para a *descoberta* da assunção intendida pelo comunicador.

Neste sentido, o processo interpretativo mobiliza capacidades de raciocínio não especificamente linguísticas, devendo por isso ser assimilado aos processos cognitivos centrais ou globais, que se caracterizam por ser informacionalmente não encapsulados e por envolver um cálculo inferencial de carácter não-demonstrativo (i.e., formulação de uma hipótese com mero valor de plausibilidade seguida da sua verificação). Por isso, os autores defendem uma concepção não modular de Pragmática, sendo esta definida como «the domain in which grammar, logic and memory interact.» (Wilson e Sperber 1991b: 583)

Assim, neste modelo o sentido de um enunciado é concebido como *produto*, como *resultado* de um cálculo que não pode ser dissociado da noção de *risco*. O objectivo central de Sperber e Wilson é, então, explicar como se orienta a tarefa do destinatário e quais as restrições que asseguram o sucesso do cálculo inferencial.

Os autores defendem uma abordagem da cognição humana, no âmbito da qual integram o estudo da comunicação, segundo a qual todos os indivíduos tratam informação com o objectivo de melhorar o seu conhecimento do mundo em proveito próprio da forma mais rentável — a cognição humana procura a *Relevância*. A optimização dos recursos cognitivos determina, assim, as expectativas que subjazem a cada acto comunicativo: segundo os autores «todo o acto de comunicação ostensiva comunica a garantia da sua relevância optimizada» (Princípio de Relevância).

É a coerência com este princípio que orienta o cálculo inferencial, i.e., a interpretação intendida será a assunção que permitir tirar maior partido da razão entre ganhos de informação e custos de tratamento. O cálculo destes factores depende de uma noção essencial neste modelo, a noção de *contexto*. Segundo Sperber e Wilson, o contexto que torna possível a interpretação de um enunciado não é fixo nem anterior ao processo interpretativo, mas antes construído e constantemente modificado ao longo deste. Trata-se, assim, de uma «construção psicológica» do destinatário, para a qual pode ser convocada toda a informação de que o indivíduo dispõe, com o objectivo de dotar o processo inferencial das premissas necessárias ao tratamento do enunciado. Embora o papel da inferência não-demonstrativa seja essencial neste processo, os autores apresentam o sistema central como um dispositivo dedutivo, considerando que é a vigência de regras dedutivas que permite quer o controlo e validação das hipóteses formuladas, quer a existência de restrições na formulação de hipóteses interpretativas.

Portanto, interpretar um enunciado consiste em integrar a informação nova obtida pelo módulo linguístico (o que os autores denominam a *forma lógica* do

enunciado); atribuir-lhe um sentido só é possível se essa informação for combinável com os conhecimentos já disponíveis, que o destinatário deverá mobilizar do modo mais produtivo possível. Desta interação de informações novas com informações já existentes resultam *efeitos contextuais*, i.e., modificações produzidas no contexto como consequência do tratamento de informação nova.

Os autores identificam três tipos de efeitos contextuais: implicações contextuais (conclusões obtidas pelo dispositivo dedutivo a partir de um conjunto de premissas constituído quer por informações resultantes do tratamento do *input* linguístico pelo seu módulo específico, quer por informações recuperadas da memória ou construídas *ad hoc*), reforço de assunções armazenadas em memória e eliminação de assunções já tratadas.

No entanto, a construção do contexto através do qual é tratada uma hipótese interpretativa não é ilimitada, uma vez que o acesso às informações armazenadas envolve custos de tratamento; cada expansão do contexto representa um esforço de tratamento acrescido. Uma vez que os processos pragmáticos que intervêm na interpretação não são informacionalmente encapsulados, a quantidade e qualidade da informação mobilizada depende da disponibilidade do destinatário e do tipo de enunciado em causa. Como notam os autores «With certain types of utterance, for example a sacred text or a fortune-teller's prophecy, a hearer might be willing to devote a lifetime's effort to the interpretation process.» (Wilson e Sperber (1991 a: 391))<sup>1</sup>

Segundo Sperber e Wilson, o comunicador pode controlar mais ou menos o processo interpretativo, i.e., o cálculo inferencial do seu interlocutor. O estilo (que é dirigido por considerações de Relevância) revela, assim, as suas expectativas sobre o acto comunicativo e a relação que pretende estabelecer com o destinatário. Neste sentido, entendo, com Blakemore (1994), que uma abordagem cognitiva da comunicação humana, como a proposta, não se limita necessariamente aos conteúdos "informacionais" comunicados. De facto, os custos de processamento podem ser compensados por efeitos contextuais de vária ordem, ou seja, por modificações de natureza social, afectiva, lúdica, etc., admitindo diferentes graus de determinação.

É neste quadro que os autores propõem os conceitos de *implicatura forte* e *implicatura fraca*. A primeira identifica-se com a noção de implicatura introduzida por Grice; a segunda resulta da constatação de que em muitos casos a relevância de um enunciado não decorre da identificação de uma implicatura ou conjunto de implicaturas precisas pelo destinatário, mas de um conjunto amplo e aberto de proposições que são hierarquicamente percebidas e tratadas, cujos efeitos contextuais podem ser mais ou menos coincidentes com a intenção comunicativa do locutor. Os autores usam a expressão «efeitos poéticos» para designar o efeito produzido pelos enunciados cuja relevância depende

essencialmente da produção de implicaturas fracas. Para dar conta da sua especificidade, Sperber e Wilson chamam a atenção para a dificuldade ou mesmo impossibilidade de parafrasear as figuras de estilo, assim como para a percepção intuitiva da sua riqueza e capacidade de "condensar informação".

A noção de implicatura fraca é, portanto, indissociável da concepção de comunicação proposta: comunicar não é transferir pensamentos, mas fornecer indícios mais ou menos precisos quer acerca da intenção comunicativa, quer acerca do grau de participação requerido (e concedido) para a reconstituir.

2. Proponho que passemos agora a analisar o processo de interpretação de enunciados metafóricos, tal como foi descrito pela Teoria da Interação, servindo-nos do seguinte exemplo de metáfora nominal (construído a partir de uma comparação de Rumelhart (1979)):

(1) *O sentido de um enunciado é um dinossauro.*

Segundo Black (1968, 1979), entre o *focus* (o conceito de "dinossauro") e o *frame* ("o sentido de um enunciado") estabelece-se uma interacção ou projecção de acordo com a qual o ouvinte/leitor aplica o *sistema de lugares comuns associados* evocado pelo *focus* ao *frame*. Neste quadro, *focus* designa portanto a palavra que constitui a metáfora propriamente dita, na qual se concentra a atenção do ouvinte/leitor, e *sistema de lugares-comuns associados* ou *complexo de implicações* o conjunto de proposições convencional e espontaneamente evocadas a propósito do *focus* que servirão de modelo à configuração da identidade do *frame* (o resto da frase ou expressão, em sentido literal), interpondo-se assim entre o *frame* e o observador. Como nota o autor, estes lugares-comuns variam de sociedade para sociedade, podendo também ser alterados ou criados *ad hoc* pelo autor da metáfora. Black nota ainda que o sucesso da interpretação de uma metáfora não é afectado pelo valor de verdade dos lugares-comuns, ou seja, trata-se de características estereotípicas que enformam a representação convencional dos objectos e não de verdades científicas (cf. a este respeito os trabalhos de Metzinger (1981) e Fillmore (1985), que apresentam também uma concepção maximalista do significado lexical). No exemplo (1), o sistema evocado pelo conceito de dinossauro pode incluir as seguintes proposições:

- i) *Um dinossauro é um animal pré-histórico.*
- ii) *Um dinossauro é uma reconstituição a partir de conhecimentos sobre a evolução dos seres vivos.*
- iii) *Os dinossauros alimentavam-se de plantas.*
- iv) *Encontraram-se restos de ossos e outros vestígios que servem de pistas para a reconstituição.*
- v) *Nunca ninguém viu um dinossauro.*

O que caracteriza este processo é, portanto, a existência de uma mediação, i.e., a utilização de um objecto (note-se que usamos a palavra no seu sentido mais lato) — ou melhor, de um sistema de proposições sobre esse objecto — como instrumento de descrição, de representação, através do qual se organiza e transforma a visão de outro objecto e se descobrem aspectos deste que de outro modo não seriam revelados. Deste processo resulta a criação de um sentido novo, que não existia antes da metáfora, uma vez que o destinatário constrói para o *frame* um sistema de características típicas a partir daquele que modeliza o *focus*. Esta projecção, que Black significativamente descreve através da metáfora do "filtro", é responsável pela reorganização ou reestruturação parcial do primeiro termo, entendida como o produto da metáfora.

Segundo Black, o complexo de implicações resultante da *projecção metafórica* pode incluir o que o autor designa por «um conjunto de metáforas subordinadas» (1968: 42 e sg.), através das quais se realiza a extensão progressiva do significado da metáfora pelo estabelecimento de conexões que podem ser fundadas quer na analogia, quer em «all kinds of "grounds" for shifts of meaning with context» (*idem*: 43). Estas "metáforas menores" constituem a expressão de uma das características principais deste processo: a transferência ou projecção dos lugares-comuns para outro domínio implica a sua própria modificação, pelo que da interpretação da metáfora resulta uma reorganização de ambos os termos envolvidos. Embora Black não o afirme explicitamente no texto em que estabelece os fundamentos da sua teoria, reconhece que mais do que identificar semelhanças comuns pré-existentes entre *focus* e *frame*, a interpretação da metáfora cria as semelhanças, afirmando num texto posterior (1979) que a modificação ou inovação conceptual é um produto essencial desta operação.

3. De acordo com uma estratégia que de certa forma reproduz o processo descrito, passo agora a analisar as relações entre os dois modelos acima apresentados.

Como vimos, o Modelo inferencial proposto por Sperber e Wilson entende a interpretação de enunciados como uma construção menos dependente de processos cognitivos especializados — de descodificação linguística — do que de processos de raciocínio gerais, estratégias de resolução de problemas de que necessitamos diariamente. Da mesma forma, os autores salientam o papel intrínseco, constitutivo, da noção de risco neste processo, uma vez que a assunção reconstituída pelo destinatário é formulada como hipótese interpretativa (com maior ou menor grau de plausibilidade) no âmbito de um cálculo inferencial não demonstrativo, podendo ou não ser confirmada (ao contrário do que acontece com as inferências de tipo dedutivo). Da mesma forma, o processo de

interpretação da metáfora acima exposto é apresentado por Black como «a creative response from a competent reader» (1979: 29).

Note-se que as correspondências estabelecidas entre os dois termos, que variam de destinatário para destinatário e podem não coincidir com as pretendidas pelo comunicador, decorrem de um processo inferencial que destaca as semelhanças e ignora as diferenças, i.e., um dispositivo que, perante o problema de sentido posto pela metáfora, identifica as relações «causalmente relevantes»<sup>2</sup> para o solucionar. O cálculo inferencial que estabelece uma relação entre os termos aparentemente inconciliáveis de um enunciado metafórico constitui, assim, uma manifestação hiperbólica dos processos que constantemente utilizamos para validar a garantia de relevância subjacente a cada acto comunicativo, e que nos permitem construir as hipóteses que forem necessárias para assegurar a *inteligibilidade* ou *coerência* que tanto pode ser de um enunciado como de uma situação.

Segundo Holland *et alii* (1993), as inferências indutivas<sup>3</sup> são, por natureza, processos cognitivos que se realizam apesar da ausência de todos os dados necessários, ou justamente partindo da ausência de todos os dados, com o objectivo de responder à variabilidade e indeterminação das situações que os indivíduos têm de enfrentar: assim, quer o pensamento analógico, quer as hipóteses interpretativas responsáveis pela reconstituição da intenção do comunicador, se inserem no conjunto de «all inferential processes that expand knowledge in the face of uncertainty.» (Holland *et alii* (1993: 1))

De acordo com Sperber e Wilson, o esforço de validação da garantia de relevância de um enunciado envolve necessariamente a construção de um contexto que o torne interpretável<sup>4</sup>. Além dos conceitos incluídos na forma lógica do enunciado (e que constituem o contexto imediatamente acessível), qualquer informação em memória pode ser convocada para este efeito. A estratégia seguida é, como vimos atrás, a rentabilização dos recursos cognitivos: o contexto construído pelo destinatário deverá não só ser combinável com a informação de proveniência linguística para produzir informação que o sistema não poderia obter de outro modo, como ser o mais produtivo possível.

Da mesma forma, a direcionalidade ou carácter irreversível da operação descrita por Black, que vários autores têm apontado como a razão do potencial cognitivo da metáfora, evidencia exemplarmente a utilização *inteligente* de informação disponível do sistema para produzir informação nova (de resto, Black não só defendeu que a direcção da interpretação é inversa da direcção da leitura, como mostrou a função heurística deste tipo de procedimento por exemplo nos modelos científicos).

A construção do contexto, apresentada pelos autores como parte essencial e constitutiva do processo interpretativo, corresponde, assim, na teoria de Black, ao conceito de *sistema de lugares-comuns associados*, cuja evocação constitui o

primeiro passo para a interpretação da metáfora. Nos dois casos, trata-se de um conjunto de assunções armazenadas em memória que enformam a representação do mundo do indivíduo e vão ser utilizadas para *alimentar* o processo inferencial. No exemplo (1), as conclusões produzidas pelo dispositivo dedutivo resultam da aplicação do *sistema de lugares-comuns associados* que estrutura o conceito de "dinossauro" ao conceito de "sentido de um enunciado", originando um conjunto de proposições como o seguinte:

- i) *As palavras e acções do locutor são as pistas ou indícios deixados que permitem ao ouvinte reconstituir o sentido do enunciado.*
- ii) *O ouvinte é o paleontologista.*
- iii) *Os conhecimentos gerais sobre o mundo e sobre a prática comunicativa são os conhecimentos de que o ouvinte, como o paleontologista para chegar ao modelo do dinossauro, se serve para fazer a reconstituição.*
- iv) *A identificação do sentido de um enunciado é um trabalho de reconstituição.*
- v) *O dinossauro é uma hipótese do paleontologista; o sentido de um enunciado é uma hipótese do destinatário, que pode ou não ser confirmada.*
- vi) *Os restos de ossos, pegadas e outros vestígios constituem o ponto de partida da reconstituição do paleontologista, que não é totalmente livre ao construir o seu modelo; também o destinatário dispõe dos indícios fornecidos pela forma linguística para chegar à interpretação; estes indícios controlam a sua tarefa.*

Este conjunto não só evidencia o desenvolvimento temporal do *processo* de interpretação de enunciados metafóricos, como exemplifica a especificidade dos seus produtos<sup>5</sup>, de acordo com o conceito de *implicatura fraca* proposto por Sperber e Wilson: trata-se de um complexo de proposições implícitas, i.e., desencadeadas pela forma do enunciado e reconstituídas inferencialmente pelo destinatário, não são determináveis com rigidez, uma vez que não se trata de um conjunto fechado e obedecem apenas a uma lógica da probabilidade, são produzidas de forma hierárquica e são funcionalmente utilizadas pelo próprio processo interpretativo. Compreende-se, assim, que estes "efeitos vagos" da comunicação não sejam subsumíveis numa proposição única (o que os autores denominam *implicatura forte*): o que se perde numa paráfrase é a possibilidade de comunicar um enorme volume de informação, de forma gradual e progressiva, sendo o limite em parte definido pela disponibilidade interpretativa do

destinatário (através de uma expansão mais vasta do contexto é possível alargar quase indefinidamente a analogia).

As características que acabámos de enunciar são justamente as que definem as *metáforas subordinadas* ou *metáforas menores* cuja produção Black identifica durante o processo de projecção metafórica. De facto, a identificação/construção dos *grounds* da metáfora, que é a essência do processo de interacção, concretiza-se através da deslocação do sistema de lugares-comuns inicialmente vinculado ao domínio do *focus* para o *frame*: cada uma destas deslocações ou transferências é representada por uma proposição que é, de certa forma, "uma pequena metáfora". Embora Black entenda a sua existência como possível objecção à sua teoria (que poderia, assim, ser considerada circular ou infinitamente regressiva), parece-me que esta constatação permite, pelo contrário, compreender melhor o processo de interpretação da metáfora e fundamentar a posição do autor, um dos primeiros a notar que apesar de o sistema de implicações resultante da interpretação ser explicitamente formulável, a paráfrase acarreta necessariamente perda do conteúdo cognitivo da metáfora: «For one thing, the implications, previously left for a suitable reader to educe for himself, with a nice feeling for their relative priorities and degrees of importance, are now presented explicitly as though having equal weight.» (1968: 46).

O conjunto de proposições acima apresentado interessa-nos ainda a outro nível, intimamente relacionado com o que acabamos de analisar. Além de evidenciar a pertinência da concepção maximalista do significado lexical acima referida (uma vez que são os *interpretive frames* evocados convencionalmente pelas unidades lexicais que fornecem as informações que suportam a actividade inferencial do destinatário), este conjunto permite-nos identificar algumas características significativas deste processo.

Em primeiro lugar, o estabelecimento de correspondências é selectivo ou parcial (os lugares-comuns associados ao conceito de "dinossauro" seriam outros para um enunciado como *Aquele político é um dinossauro.*)

Mais: a operação de transferência ou projecção não pode ser entendida como a identificação de elementos correspondentes nos dois pólos da metáfora (antes de mais porque a estrutura do *frame* resulta do próprio processo), uma vez que não se trata de um *mapping* directo ou linear. A informação obtida através da exploração do *focus* (significativamente designado *source* nos trabalhos de Psicologia Cognitiva) é objecto de tratamento ou elaboração para ser utilizada na configuração do *frame* (ou *target* da projecção).

No exemplo (1), a assimilação de elementos ou partes das duas estruturas supõe a existência de um *esquema* ou *categoria abstracta* nova (como defendem Holland *et alii* (1993)) ou de *espaços intermédios* (de acordo com Fauconnier e Turner (1994): um desses espaços teria um carácter genérico, incluindo «skeletal information» (Fauconnier e Turner (1994: 6)), outro um



espaço de "blend" ou amálgama em que se daria a combinação de informações dos outros espaços, numa estrutura mais rica e diferente das dos espaços anteriores). Assim, as semelhanças criadas no processo de interpretação da metáfora são relações abstractas elaboradas num (ou vários) espaço(s) mental(is) que permite articular a informação recebida. No exemplo (1), a compreensão da metáfora passa pela identificação de dois *agentes* — destinatário e paleontologista — através de um *objectivo comum* — reconstituir alguma coisa — servindo-se de *instrumentos/meios*, uns ligados de alguma forma ao que se pretende reconstituir — palavras ou acções, por um lado, ossos, pegadas, restos, por outro —, outros fornecidos pelo próprio agente, e que têm uma função organizadora, permitindo conferir um sentido aos indícios — os conhecimentos mais ou menos conscientes sobre a actividade comunicativa, os conhecimentos científicos necessários para interpretar os dados arqueológicos e chegar à forma de um ser vivo. Assim, o esquema "alguém procura reconstituir alguma coisa servindo-se dos meios disponíveis" é o resultado desta operação que transforma os dois domínios conceptuais em exemplos da nova categoria, a que podem ser associados outros domínios (como "um detective que tenta reconstituir um crime"). Estes mecanismos de integração e projecção conceptuais não são raros ou excepcionais nem se encontram necessariamente vinculados à actividade linguística, estando na origem de processos básicos e essenciais da cognição humana (cf. Langacker (1987), Fauconnier e Turner (1994), Holland *et alii* (1993)).

Embora Sperber e Wilson insistam na natureza não-demonstrativa das inferências responsáveis por «bridge the gap between the semantic representations of sentences and the interpretation of utterances in context» (Wilson e Sperber (1991b: 583)), os autores praticamente não caracterizam o funcionamento destas inferências que parecem ser produzidas *ad hoc* (daí serem também designadas por *nonce inference*) e hesitam sintomaticamente na terminologia utilizada: ora as premissas implícitas são *recuperadas* ora *construídas* pelo destinatário. Da mesma forma, a Teoria da Interação pouco ou nada diz acerca da selecção das características do *focus* que servirão para modelizar o *frame*. De facto, este problema relaciona-se com uma questão mais vasta e não solucionada, relativa ao próprio processo de indução: como é que se estabelecem os limites aos processos inferenciais? Porque é que não se produzem inferências irrelevantes ou absurdas para o sistema, se este tipo de raciocínio parece assentar apenas numa lógica da probabilidade? Como é que a informação fornecida pelo *focus*, tal como as assunções contextuais mobilizadas em qualquer acto comunicativo, pode ser explorada e transformada em simultâneo?<sup>6</sup>

Na tese acima citada refiro algumas das direcções em que se orienta a resposta a estas perguntas, nomeadamente a orientação pragmática da nossa actividade cognitiva e a existência de *feedback* relativo às representações do

mundo como condição da própria sobrevivência do ser humano. O estudo das inferências, para que muito tem contribuído o interesse pela metáfora e a quase omnipresença do pensamento analógico na nossa *poetic mind*, corresponde, afinal, à mudança de paradigma científico e à tendência para desconstruir dicotomias arraigadas. Assim, parece-me que o estudo da metáfora ilustra paradigmaticamente a necessidade de uma *síntese experiencialista*, na expressão de Lakoff e Johnson, ou seja, de reconhecer quer o carácter imaginativo da nossa racionalidade, quer a racionalidade da nossa imaginação.

### Notas

- 1 Para uma articulação da Teoria da Relevância com enquadramentos sócio-culturais do uso da linguagem e com considerações de género veja-se Goatly (1997).
- 2 A expressão é de Holland *et alii* (1993: 297).
- 3 Para um estudo pormenorizado dos tipos e características de inferência vejam-se Carrilho (1989), Holland *et alii* (1993), Manktelow e Over (1990).
- 4 «Intuitively, being relevant in a context is a matter of connecting up with the context in some way.» (Wilson e Sperber (1986: 246)).
- 5 Para uma definição de *processo e produtos* da interpretação de enunciados metafóricos, veja-se Gibbs (1994: 115-119).
- 6 «*The study of induction, then, is the study of how knowledge is modified through its use.*» (Holland *et alii* 1993: 5).

### Bibliografia

- BLACK, M.  
(1968) *Models and Metaphors. Studies in Language and Philosophy*. Ithaca, New York: Cornell University Press. (1ª ed. 1962)  
(1979) «More about Metaphor» in A. Ortony (1979: 19-43)
- BLAKEMORE, D.  
(1994) «Relevance, Poetic Effects and Social Goals: a Reply to Culpeper» in *Language and Literature*, vol. 3, nº1, 49-59.
- CARRILHO, M.  
(1989) *Itinerários da Racionalidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- DAVIS, S. (ed.)  
(1991) *Pragmatics. A Reader*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- EIKMEYER, H.-J. e RIESER, H. (eds.)  
(1981) *Words, Worlds, and Contexts. New Approaches in Word Semantics*. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

FAUCONNIER, G. e TURNER, M.

(1994) «Conceptual Projection and Middle Spaces», UCSD: Department of Cognitive Science Technical Report 9401 [disponível através de <http://cogsci.ucsd.edu> e <http://www.wam.umd.edu/~mturn>]

FILLMORE, C.

(1985) «Frames and the Semantics of Understanding» in *Quaderni di Semantica*, vol. VI, n°2, 222-254.

FODOR, J.

(1983) *The Modularity of Mind*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

GIBBS, R.

(1994) *The Poetics of Mind. Figurative Thought, Language, and Understanding*. New York: Cambridge University Press.

GOATLY, A.

(1997) *The Language of Metaphors*. London/New York: Routledge.

GRANDY, R. e WAGNER, R. (eds.)

(1986) *Philosophical Grounds of Rationality*. Oxford: Oxford University Press.

GRICE, H.

(1989) *Studies in the Way of Words*. Cambridge, Massachusetts/London, England: Harvard University Press.

HOLLAND, J. et alii

(1993) *Induction. Processes of Inference, Learning and Discovery*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

LAKOFF, G. e JOHNSON, M.

(1980) *Metaphors We Live By*. Chicago/London: The University of Chicago Press.

LANGACKER, R.

(1987) *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. I. Stanford, California: Stanford University Press.

LEVINSON, S.

(1989) «A review of Relevance» in *Journal of Linguistics*, vol. 25, 455-472.

MANKTELOW, K. e OVER, D.

(1990) *Inference and Understanding. A Philosophical and Psychological Perspective*. London/New York: Routledge.

METZING, D.

(1981) «Frame Representation and Lexical Semantics» in H.-J. Eikmeyer e H. Rieser (1981: 320-342)

ORTONY, A. (ed.)

(1979) *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

PRANDI, M.

(1992) *Grammaire philosophique des tropes. Mise en forme et interprétation discursive des conflits conceptuels*. Paris: Les Editions de Minuit.

RADMAN, Z.

(1997) *Metaphors: Figures of the Mind*. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers.

RUMELHART, D.

(1979) «Some Problems with the Notion of Literal Meanings» in A. Ortony (1979: 78-90)

SANTOS, B.

(1997) *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.

SPERBER, D. e WILSON, D.

(1981) «Pragmatics» in *Cognition*, vol. 10, 281-286.

(1985-86) «Loose Talk» in *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. 86, 153-171.

(1986) *Relevance. Communication and Cognition*. Oxford: Basil Blackwell. (2ª ed. de 1995)

WERTH, P. (ed.)

(1981) *Conversation and Discourse*. London: Croom Helm London.

WILSON, D. e SPERBER, D.

(1981) «On Grice's Theory of Conversation» in P. Werth (1981: 155-178).

(1986) «On Defining Relevance» in R. Grandy e R. Wagner (1986: 243-258).

(1991 a) «Inference and Implicature» in S. Davis (1991: 377-393).

(1991 b) «Pragmatics and Modularity» in S. Davis (1991: 583-595)